

Seu Dinheiro

■ COMENTÁRIO

Econ. Brasil

Celso Ming

Governo estuda melhor forma de desindexar

A correção automática dos salários pelo IPC-r nas datas-base das categorias profissionais é considerada um defeito de origem do Plano Real. Essa correção foi imposta ao governo pelo Congresso durante a discussão da medida provisória que criou o plano.

Ao aceitar a introdução de um mecanismo de indexação de um dos principais preços da economia, o salário, num plano cuja primeira fase, esta que estamos vivendo agora, é chamada de desindexação, a equipe do Ministério da Fazenda que negociou o real com o Congresso devia estar esperando que a inflação ficasse muito baixa com a nova moeda.

Até o mês passado, a queda continuada da inflação, medida pelo IPC-r, parecia mesmo ser a tendência predominante. Dos 6,08%

registrados em julho, o IPC-r caiu para 1,51% em setembro e, em outubro, subiu para 1,86%. Essa alta, porém, não foi suficiente para alterar as expectativas positivas em relação ao comportamento da inflação. Em novembro, no entanto, a inflação subiu ainda mais, chegando a 3,27%.

Para quem vai ter seu salário corrigido em dezembro, não faz a menor diferença se a aceleração da inflação neste mês significa ou não ameaça ao Plano Real (não significa, é bom esclarecer, pois essa aceleração deveu-se a alguns aumentos específicos e localizados). O que importa é que seu salário vai ser corrigido em 19,45% mais as vantagens que seu sindicato conseguir nas negociações com os empregadores.

Uma correção automática des-

se tamanho, de praticamente 20%, está deixando de "cabelos em pé" os responsáveis pelo Plano Real. É porcentagem demais para um plano que tem apenas cinco meses de existência e parece ter quebrado a espinha da inflação. O que acontecerá com os demais preços nos próximos meses se os salários continuarem sendo corrigidos assim, como pode ser que continuem, se a inflação não ceder rapidamente?

Discute-se intensamente no Ministério da Fazenda a maneira mais adequada para se acabar com a indexação. A dos salários é, por enquanto, a mais visível. Mas há, pelo menos, dois outros importantes indexadores que precisam ser eliminados: a Ufir, que corrige dívidas tributárias e reduz a base de cálculo para o recolhimento do impos-

to sobre algumas operações financeiras, e a TR, de larga utilização no mercado financeiro.

Há muitas dificuldades técnicas no caminho da desindexação. No caso dos salários, por exemplo, como fazer para acabar com a correção automática, digamos, em janeiro? Nem dá para imaginar que o Governo deixe sem nada os trabalhadores com datas-base entre janeiro e junho. Mas, se esses trabalhadores receberem tudo de uma vez, não haverá um aumento brusco da massa salarial que aceleraria ainda mais a inflação? Deixar a indexação dos salários sobreviver até junho, como está na lei, não estimularia outros segmentos a buscar seus indexadores específicos, o que contaminaria irremediavelmente o Plano Real?

economia